



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.546, DE 2023

(Do Sr. Capitão Augusto)

Dispõe sobre a regulamentação dos acessórios utilizados nas provas equestres, visando garantir a integridade física dos animais envolvidos.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1542/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI N.º , DE 2023

(Do Sr. Capitão Augusto)

Dispõe sobre a regulamentação dos acessórios utilizados nas provas equestres, visando garantir a integridade física dos animais envolvidos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo regulamentar os acessórios utilizados nas provas equestres, visando garantir a integridade física dos animais envolvidos.

Art. 2º Os acessórios utilizados em provas equestres compreendem freios, bridões, gamarras, esporas, reios e chicotes, que devem seguir as seguintes normas e especificações:

I – Freios e bridões:

a) Devem ser fabricados com materiais de qualidade e sem rebarbas ou elementos cortantes;

b) O tamanho e a forma devem ser adequados à anatomia do animal, de modo que não lhe cause lesão.



II – Gamarras:

a) Devem ser ajustadas de forma a permitir a respiração normal do animal;

b) Devem ser utilizadas com guias adequadas, não ultrapassando o comprimento permitido de acordo com as regras da prova equestre.

III – Esporas:

a) Devem ter pontas arredondadas e não cortantes;

b) O uso de esporas deve ser limitado a situações específicas e justificadas, sempre visando a integridade física do animal.

IV – Reios e chicotes:

a) Devem ser fabricados com materiais flexíveis e não cortantes;

b) O uso de reios e chicotes deve ser limitado a situações específicas e justificadas, sempre com o objetivo de orientação e não de punição ao animal;

c) Fica proibido o uso de reios e chicotes que causem lesões, marcas ou hematomas nos animais.

d) a martingale e outros equipamentos utilizados para controlar a posição da cabeça do animal deverão ser ajustados de forma a permitir a movimentação natural do animal, sem causar lesões.

e) O hackmore e outros acessórios que atuem como alternativas aos freios e bridões deverão ser utilizados em conformidade com as normas estabelecidas nesta Lei, garantindo a integridade física dos animais.

Art. 3º Os organizadores das provas equestres são responsáveis por garantir o cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei, devendo:



I – Fiscalizar o uso adequado dos acessórios pelos participantes;

II – Desclassificar e/ou penalizar os competidores que não cumprirem as normas estabelecidas;

III – Notificar as autoridades competentes em caso de maus-tratos ou uso inadequado dos acessórios que causem lesões aos animais.

Art. 4º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará os infratores às sanções civis e penais aplicáveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As provas equestres são manifestações culturais nacionais, reconhecidas pela Lei 13.364/2016, constituindo importantes eventos que reúnem atletas, profissionais e admiradores do universo equestre.

A preocupação com o bem-estar animal é prioridade para todos aqueles envolvidos com a realização das provas equestres, sendo, assim, fundamental regulamentar os acessórios utilizados, visando garantir a integridade física dos animais envolvidos, proibindo aqueles que possam lhes causar lesões.

Ao estabelecer normas claras e objetivas, o Projeto de Lei contribui para a conscientização e o respeito aos animais e de práticas que visem sua integridade física.



Diante do exposto, espera-se que o presente Projeto de Lei seja aprovado pelos nobres colegas parlamentares, reafirmando nosso compromisso com a ética e o respeito aos animais em todas as atividades que envolvam sua participação.

Sala das Sessões, em de de 2023.



Capitão Augusto
Deputado Federal

